

## MOBILIDADE POPULACIONAL, FRONTEIRA E DINÂMICA DAS PAISAGENS NA AMAZÔNIA: o caso de Roraima, Brasil\*

Nilson Crocia de Barros\*\*

### Introdução

As paisagens geográficas na superfície do Estado de Roraima apresentam uma dinâmica viva de fronteira de expansão que se prolongará ainda por algum tempo não se sabe quanto (MAPA 01). Não é propriamente o fato de que a paisagem muda muito aceleradamente que confere à área a sua identidade, fascinação e magia, mas sim o fato de que se transforma, em larga medida, pela substituição de *natureza por cultura*, e não de *cultura por cultura*, no sentido da sociedade ocidental, como ocorre nas áreas de velho povoamento. É como se fosse uma continuação recorrente do *Columbian encounter* mas já num contexto institucional, demográfico e cultural tão diverso que toma atônitas as análises das paisagens em fronteiras de expansão.

---

\* Este trabalho foi preparado especialmente para o *Seminário Populações Amazônicas: tendências e perspectivas*, promovido pela FUNDAJ (Manaus, 1996). O material e as reflexões que constituem este texto resultam de pesquisas conduzidas na área de Roraima a partir do ano de 1991 com apoio básico do CNPq. À diferença de outros produtos escritos já oferecidos pela pesquisa e que punham acento na constituição/configuração das paisagens nesta seção territorial, a presente contribuição procura especialmente se deter na descrição das estreitas e tecidas relações entre a mobilidade populacional na área de Roraima e a dinâmica das paisagens neste contexto de fronteira.

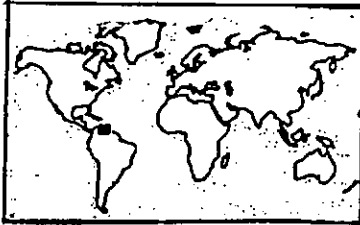
\*\* Professor Adjunto II da Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Geografia  
50.670-901 Recife, Pernambuco, BR  
fax e fone: 081-2718277; e-mail: crocia@nppd.ufpe.br

Na análise do povoamento na superfície de Roraima observa-se que há também então as mobilidades das populações e culturas ameríndias e suas paisagens que se atitarão, serão absorvidas e se tornarão resíduos quase ou irreconhecíveis por conta do movimento da sociedade expansiva. O palimpsesto das paisagens neste encontro intercultural não se detecta facilmente. Neste particular, as terras dos vales dos rios Branco, Jauapery e Jatapu foram e são cenário deste drama de choque cultural ou choque de duas territorialidades: a da sociedade brasileira e a ameríndia. No período de 1980 a 1991, a taxa média anual de crescimento da população no Estado de Roraima situou-se em torno de 9,6% , a mais alta do país que no seu conjunto foi de 1,89% (TABELA 1). Na frente pioneira ao sudeste do Estado – margens das rodovias Perimetral Norte (BR 210) e 174 –, nos municípios de São L. do Anauá e S.J. da Baliza (MAPA 02), as taxas mencionadas foram de 14,25% e 18,6%, respectivamente, para o mesmo período (BARROS, 1995:225).

A mobilidade populacional neste contexto, então, é vista como algo de extrema violência ambiental e cultural. Os estudos mais ou menos direcionados para o assunto, em Roraima, não têm sido numerosos, podendo se mencionar SILVEIRA & GATTI (1988), HEMMING (1990), ABERS e LOURENÇO (1991), MacMILLAN (1993, 1995), BARROS (1993, 1995) e CROCIA de Barros (1994, 1996), FURLEY (1994); há o estudo em curso de DINIZ (1996). O presente texto apóia-se em observações de campo, resultados censitários econômicos e demográficos, resultados da PNAD 1992 e 1993, registros administrativos locais diversos, entrevistas e bibliografia.

Neste trabalho, o assunto será tratado de uma forma geográfica – isto é, as expressões areais dos elementos ambientais e as distribuições e dinâmicas espaciais dos assentamentos indígenas e da sociedade envolvente são sucessivamente expostos de modo que se evidenciem as suas mútuas relações – e na seguinte ordem: i) em primeiro lugar, descreveremos sumariamente o teatro físico-biológico dos choques indicando temporalmente as valorizações diferenciais que foram atribuídas pelos pioneiros aos complexos climático-botânicos floresta e savana/campos assim como às unidades geomorfológicas e cursos d'água; ii) em segundo lugar, as distribuições das populações indígenas serão examinadas em relação com as cunhas da mobilidade espacial da população

MAPA 01  
RORAIMA: LOCALIZAÇÃO



— Limite Internacional  
..... Limite estadual

RR - Roraima      CE - Ceará  
RO - Rondônia    MG - Minas Gerais  
MA - Maranhão    RS - Rio Grande do Sul



**Tabela 1**  
**Estado de Roraima (RR). Brasil (Br)**  
**População total nos anos censitários (Roraima) e crescimento**  
**médio anual geométrico da população (%) (RR e Brasil)**  
**1950-1991**

Ano e Intervalo Censitário	População (RR) (em mil hab.)	Cresc. Méd. Anual (%) RR	Cresc. Méd. Anual (%) BR
1950	18,1	4,65	2,99
1950/1960	28,3	3,75	2,89
1960	40,9	6,83	2,48
1960/1970	60,7	9,55	1,89
1970	215,8		
1970/1980			
1980			
1980/1991			
1991			

FONTE: IBGE (1989). Anuário Estatístico do Brasil. — (1991). Sinopse Preliminar do Censo Demog. de 1991.

**Tabela 2**  
**Estado de Roraima. Mesorregiões Norte e Sul**  
**Área, População e Crescimento Médio Anual da População**  
**1980-1991**

Unidade Territorial	Área (km <sup>2</sup> )	População (anos)		Crescimento Populacional (período: 1980/1991)	
		1980 (a)	1991 (b)	(Abs.) (b)-(a)	% Anual
Mesorregião Norte	97.650	67.374	174.631	107.257	9,04
Mesorregião Sul	127.367	11.785	41.159	29.374	12,04
ESTADO DE RR	225.017	79.159	215.790	136.631	9,55

FONTE: IBGE (1991). Síntese Preliminar do Censo Demográfico de Roraima. R. de Janeiro.

OBS: a Mesorregião Norte compreende os Municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim e Normandia; a Mesorregião Sul compreende os Municípios de Mucajaí, Caracarái, São Luís do Anauá e São João da Baliza.

**Tabela 3**  
Estado de Roraima  
Populações Urbanas  
1970-1991.

Anos	Populações em Sedes Municipais <sup>1</sup> e Vilas (A)		População na cidade de Boa Vista (capital) (B)		População Urbana Total (A)+(B)	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1970	754	1,85	16.727	41,12	17.481	42,97
1980	5.718	7,22	43.016	54,35	48.734	61,57
1991	20.546 <sup>2</sup>	9,52	118.926	55,11	139.472	64,63

FONTE: IBGE. (1970, 1980) Censos Demográficos de Roraima. Rio de Janeiro.

OBS.: (1): (1991). Síntese Preliminar do Censo Demográfico. Rio de Janeiro.

OBS.: (2): excluindo-se a cidade de Boa Vista; (2): a maior, Mucajaí, com 5.166 habitantes.

nacional; iii) em terceiro lugar, far-se-á um balanço das paisagens culturais resultantes da mobilidade populacional em direção a Roraima até 1970; iv) em quarto lugar, serão examinadas as relações entre a imigração mais recente e o povoamento à escala estadual; v) em seguida, a escala de estudo será ampliada (maior detalhe) para cobrir a frente de expansão já agora estabilizada do sudeste do Estado; por fim, oferecem-se as Considerações Finais.

## O Meio ambiente da mobilidade

O Estado de Roraima quase todo coincide com a bacia do rio Branco. Apenas as partes mais ao sudeste desta Unidade da Federação, comparativamente menores, e acessíveis à mobilidade pioneira somente nos últimos vinte anos através da abertura das BRs 174 e Perimetral Norte, é que são drenadas por outros dois rios, a saber, o rio Jauapery e o rio Jatapu, que correm direto ambos para o rio Negro/ Amazonas (MAPA 03). Estes dois últimos cursos d'água não são navegáveis e este fato por certo desestimulou o uso dos mesmos como vias de penetração de fluxos demográficos. Além disto, estas duas bacias hidrográficas eram muito pobres em *hevea* e suas riquezas em *castanha* nos altos cursos somente se tornariam conhecidas quando as estradas mencionadas permitiram a chegada de colonos à área. Os índios desta área, os Waimiri-Atroaris, guardavam junto aos pioneiros imagem de ferocidade. De fato, apenas o baixo Jauapery era percorrido, ainda que escassamente, desde o período da borracha (fim do século 19 e começo do século 20), próximo à sua desembocadura no Negro/Amazonas, mas não nos médio e alto cursos que se tornaram campos de colonização e exploração madeireira somente a partir de 1975. O alto e médio rio Jatapu era mesmo desconhecido oficialmente e ausente nos mapas oficiais até 1972, quando veio a ser identificado pelos estudos do Projeto Radam (RADAM, 1975).

O navegável rio Branco, por outro lado e em contraste, foi a via de acesso usada pelos padres para estabelecerem os aldeamentos de índios nos séculos 17 e 18, pelos apresadores destes nativos, pelas tropas portuguesas que estabeleceram a fronteira colonial nos limites da sua bacia no fim do século 18 e estabeleceram as primeiras fazendas (Fazendas Reais ou do Governo), e pelos pecuaristas que fundaram mais e mais fazendas nas savanas (campos do rio Branco) nos meados do século 19 até a segunda década do século

20 para fornecer gado vivo ao vale amazônico então no auge da borracha, fato que criou a funcionalmente articulada "idade de ouro da pecuária nos campos do rio Branco" (HEMMING, 1990:8). Foi também o rio Branco a via de chegada dos mineiros a partir dos anos de 1930, dos colonos agrícolas nas décadas de 1940, 1950 e 1960 e da massa em geral dos imigrantes vindos para as obras federais em Boa Vista, tendo o rio mesmo emprestado o seu nome ao Território Federal – do Rio Branco – de 1943, quando foi criado, a 1962 quando mudou a sua denominação para T.F. de Roraima (BARROS, 1995:56). O rio Branco é então por isto um elemento emblemático e central na paisagem da Roraima pré-rodoviária.

Existem duas formações vegetais em Roraima: a floresta e as savanas/campos (BOHRER & GONSALVES, 1991:137-168). A floresta ocupa cerca de 4/5 do território e pode ser dividida em tipo *hiléia* (*rainforest*, árvores de 25 a 50 metros e ocupando áreas de melhor drenagem, terra firme) e tipo *campirana* (vegetação florestal baixa, árvores de 15 a 20 metros, áreas de deficiente drenagem e inundável). As *savanas/campos* se constituíram no campo de povoamento para a época fluvial, enquanto a *floresta* foi e é o grande domínio da dinâmica de povoamento de fronteira na época rodoviária. O valor das *sav./campos* residiu no fato de que sendo formas vegetais abertas e com leito de gramíneas (pasto natural), permitia a rápida utilização para o criatório sem investimentos de remoção da floresta. Este meio ambiente foi, até os anos de 1960, o meio vegetal fundamental para a expansão horizontal da pecuária no Brasil e em Roraima. Desta maneira, a necessidade de mão-de-obra era mínima. Os *campos do rio Branco* são facilmente acessíveis pela navegação através do rio Branco, as fazendas muitas se situavam às suas margens ou às margens dos afluentes deste rio, e as boiadas de fazendas mais distantes poderiam sem obstáculos deslocar-se caminhando para serem embarcadas nas margens do rio. Foi a pecuária então responsável pelos primeiros fluxos de população para Roraima, fluxos estes para as *savanas/campos*. A mineração também atraiu populações para os *campos do rio Branco* e por fim a frente burocrática de serviços (Boa Vista) produziu os impulsos mais recentes de atração de imigrantes para esta área.

A floresta, pelo contrário, não atraiu imigrantes para Roraima senão muito recentemente. Esforços de colonização na floresta – e num raio não maior que 60 km de Boa Vista – estenderam-se sem vigor

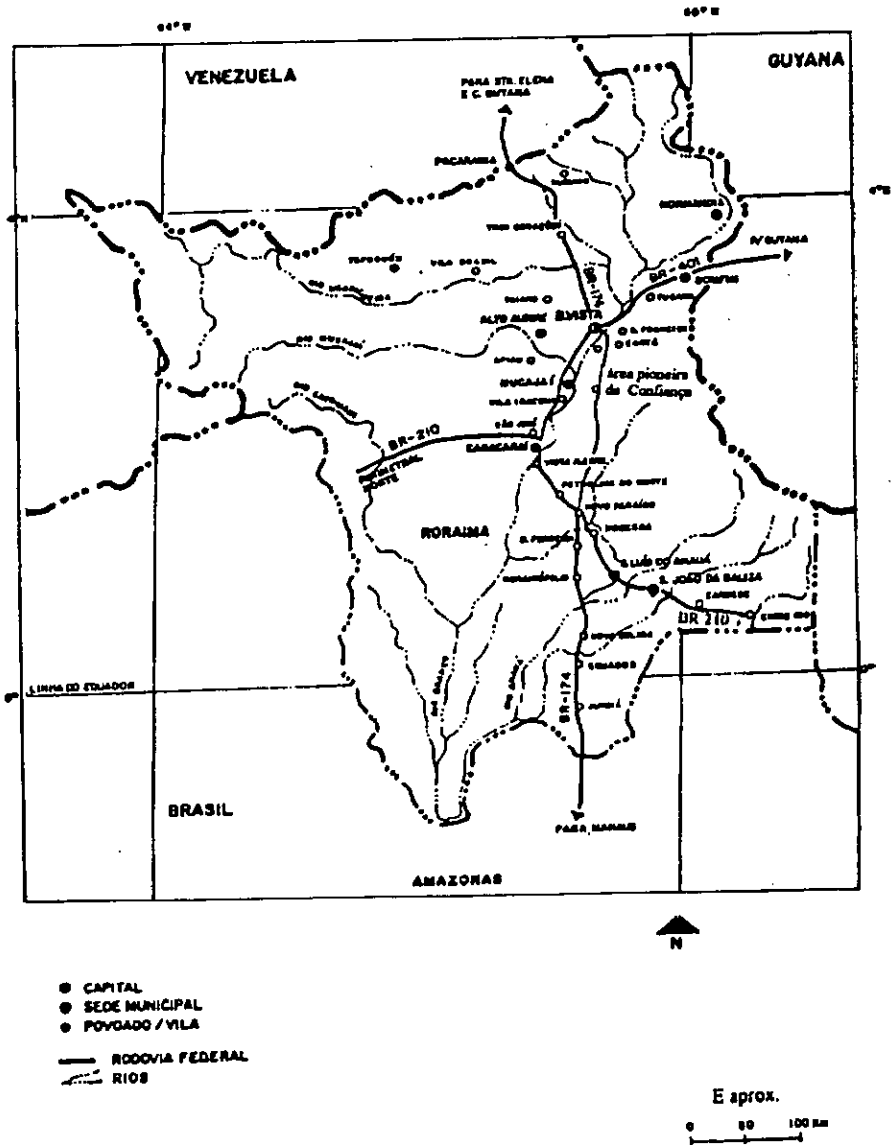


de 1940 aos anos da década de 1960. A própria mineração ao norte não penetrara senão nas partes de floresta mais próximas das *savanas/campos* que lhes serviam de apoio para as investidas. De fato, os efeitos da imigração e povoamento eram mais sentidos na cidade de Boa Vista, em função da expansão dos negócios suscitados pela exploração mineral. Os amplos oeste, sul e sudeste florestais de Roraima e também as áreas montanas de Pacaraima/Parima (fronteira com a Venezuela) e Acari (fronteira com a Guyana) recobertas de floresta montana, permaneciam fora dos interesses que atraíam população para o Rio Branco e portanto aí nestas superfícies se refugiavam grupos indígenas.

Do ponto de vista do clima, então, a imigração dirigiu-se até os anos de 1960 para o domínio que NIMER denomina *Tropical Sub-Úmido*, com um período de 4 a 6 meses secos, não raro 7 meses secos (1991:69), com cobertura de *savanas/campos* que em trechos de relevo mais movimentado e rápida drenagem – no piedmont do sistema montanhoso de Pacaraima – torna-se tipicamente xeromorfa com eventual presença de cactáceas (savana estépica) (BOHRER & GONSALVES, 1991: 150). As partes de clima *Equatorial Úmido*, com pouco ou moderado déficit de água (NIMER, 1991:69), que significam cerca de 80% do território de Roraima, permaneciam externas ao povoamento. Este último domínio climático-botânico (*floresta equatorial*) foi acessado pela imigração conduzida pelas rodovias que cortaram interflúvios, nas duas últimas décadas. Para a construção destas estradas, o relevo de Roraima – ao contrário da densa drenagem, da longa estação chuvosa e da massa florestal – nunca se constituiu em problema.

As áreas montanhosas, ou terras mais altas do Maciço das Guianas, situam-se nos extremos ao norte e noroeste do Estado (sistema Pacaraima-Parima), com altitudes superiores a 2.000 metros, funcionando como divisores de água entre as bacias do rio Branco/Negro/Amazonas, e rio Orinoco (Venezuela) (denominadas como *Planalto Amazonas-Orinoco*). E, salvo pequena área montanhosa (Acari) nas cabeceiras dos rios Anauá, Jauapery e Jatapu pelo lado de Roraima, e rio Essequibo/Rupununi do lado da Guyana, com altitudes entre 600 e 800 metros, a quase totalidade do território de Roraima é formada pelo que se denomina *Depressão da Amazônia Setentrional*, superfície muito aplainada e monótona recoberta por *savanas/campos* ou floresta, e com altitudes entre 80-200 metros.

MAPA 02  
RORAIMA: REDE VIÁRIA E LOCALIDADES  
1996



Muito espaçadamente observam-se relevos residuais do aplainamento a que toda esta superfície foi submetida (GATTO, 1991: 49-60). O avanço da frente pioneira na floresta se realizou na *Depressão* e portanto as terras altas foram se tomando – como no caso da serra do Acari, sudeste de Roraima, que se tornou reserva indígena dos Wai-Wais – áreas de refúgio indígena.

### **A Migração e as duas territorialidades em choque**

São identificadas, presentemente, três áreas de localização indígena em Roraima: a área Macuxi-Wapixana; a área Yanomami; e a área Wai-Wai/Waimiri-Atroari (MAPA 04). A área de povoamento denominada *Macuxi-Wapixana* coincide quase perfeitamente com a área pecuária de velho povoamento dos *campos do rio Branco* e se estende para as savanas do Rupununi, na Guyana. Nas porções mais altas e florestadas ao norte e noroeste desta área estão os índios Ingarikó e os Taurepang. Os Macuxis teriam chegado à área, assim como os Taurepangs, acredita-se, no século 16, entrando então em disputa por espaço com os Wapixanas. A chegada dos espanhóis e guerras intertribais estariam associadas a estas migrações (CIDR, 1989: 5, 46).

Uma vez que foram estas áreas de vegetação aberta – localmente denominadas de lavrado – as superfícies de interesse da pecuária, foram também os índios aí localizados os primeiros a sofrerem o empuxe e absorção das rarefeitas migrações que se dirigiram para Roraima ao longo do século 19 e começos do século 20. O gado bovino ia sendo espalhado pelo território e nativos se iam integrando ao trabalho nas fazendas, especialmente no final do séc. 19 e começos do século atual (*rush* pecuário). Os aldeamentos e a catequese fizeram a sua parte, e a ocupação se foi estendendo pelos campos e savanas. Os índios das partes mais elevadas ao norte (partes montanas em Pacaraima) – Taurepangs e Ingarikós – vieram a ser parcialmente atingidos pela mineração que foi muito intensa dos anos de 1930 até os anos de 1950.

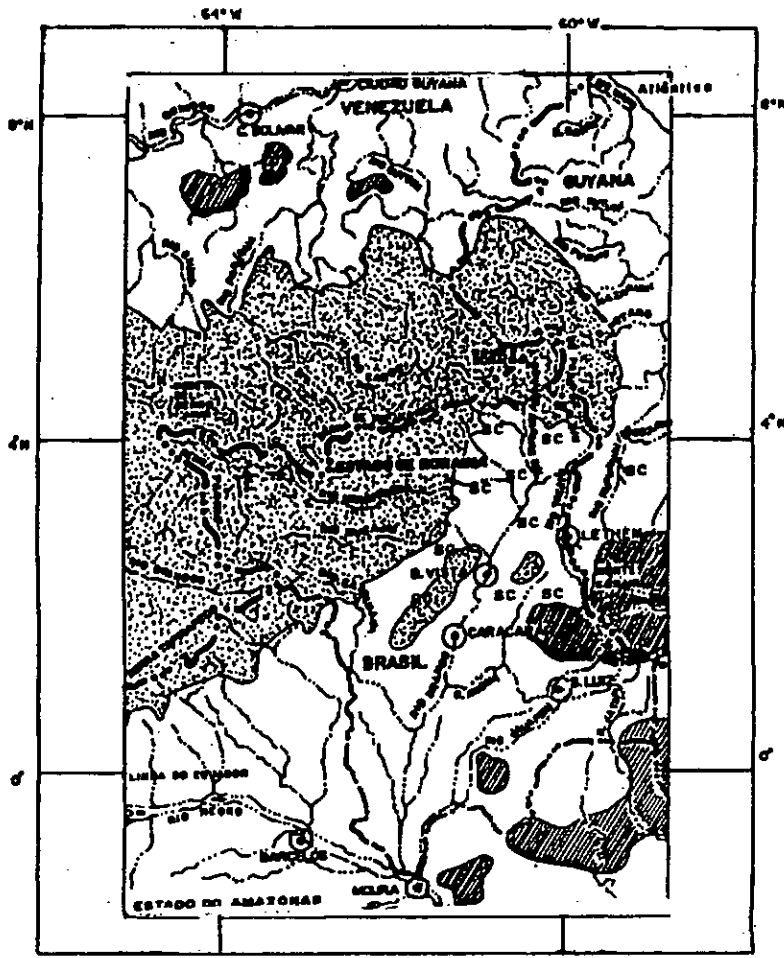
Os campos e savanas se tomaram recentemente mais densos de fazendas de gado, de pequenos aglomerados remanescentes de garimpos e de estradas. Além disto, desde os anos de 1950 que projetos de colonização com pequenos produtores são instalados

nas áreas florestais nas margens da savana, como a Colônia do Mucajaí, a do Taiano, a do Cantá, a Confiança, e outros. As *malocas* ou aldeias onde vivem se aproximam das estradas, tendem a se transformar em vilarejos poli-étnicos e são formadas por várias casas unifamiliares, e não mais polifamiliares como no passado. Hoje são cerca de 11.500 Macuxis vivendo em Roraima – e cerca de 6.500 no Rupununi –, sem contar os destribalizados e que moram permanentemente nos bairros da cidade de Boa Vista em franco contacto econômico e cultural com a sociedade envolvente (CIDR, 1989: 47).

As relações de parentesco, a comunhão e mistura de crenças e a inserção no mesmo sistema de trabalho misturam por vezes imigrantes e remanescentes indígenas nestas áreas de vegetação aberta. Os conflitos de terra entre índios/missionários/FUNAI de um lado, e colonos e fazendeiros de outro, são muito intensos na área Macuxi-Wapixana. As fazendas não aceitam mais, ao contrário do que acontecia no passado, terem suas terras de pastagens naturais livres à circulação indígena. Ao perceberem a ação das igrejas, FUNAI e grupos indigenistas para identificar e delimitar terras indígenas, os pecuaristas procuram cercar os estabelecimentos. Por vezes os índios rompem esta territorialidade branca e os conflitos se generalizam. Há então, nesta área, uma complexa mistura de fazendas, povoados, vilas, sedes municipais, áreas e malocas indígenas, e portanto a titulação de terras aí foi praticamente paralisada (FARAGE, 1990: 147) (MAPA 05). A expansão pecuária e a colonização com pequenos produtores estancou na área, de modo que a imigração para Roraima não se resolve mais nos campos e savanas. Os imigrantes, em busca de terras novas, marcham em direção ao sul e sudeste florestais do Estado.

A *área Yanomami* corresponde às partes montanas no noroeste de Roraima e às terras também revestidas de floresta que compõem a metade oeste do Estado (MAPA 04). A superfície de área declarada importa em 54.700 km<sup>2</sup> somente neste Estado. A reserva, contudo, se prolonga para a Venezuela e para o Estado do Amazonas. O oeste florestal ficou à margem dos caminhos e destinações migratórias para Roraima até 1975/6, quando acontece a primeira investida mais profunda de mineiros. Cerca de 5.000 garimpeiros dirigem-se para as nascentes do rio Mucajaí, Serra dos Surucucus, para explorar cassiterita e esta mobilidade provoca os choques

**MAPA 03  
RORAIMA: RELEVO E DRENAGEM**



**LEGENDA**

- FRONTEIRA INTERNACIONAL
- LINHA INTERESTADUAL
- RIOS
- PLANA TO AMAZONAS - ORINOCO
- FORMAS REZIDAS DA AMAZONIA SETENTRIONAL, DO ORINOCO E DO ESSEQUIBO - RUPURUNI

sc-área de savanas/campos

E aprox.



Fonte: GATTO (1991); GRILET (1987); KING (1968).



biológico e cultural numa área onde os índios ainda eram monolíngües e tinham tido apenas contactos episódicos com missionários e viajantes nas décadas de 1950 e 1960 (RAMOS, 1985: 104). Nos meados dos anos de 1980 é a vez do ouro e em 1989 as estimativas apontavam para cerca de 40.000 garimpeiros nesta área (ABERS, LOURENÇO, 1991: 9). Para esta área, o deslocamento era feito por avião ou a pé. Contudo, a partir de 1990/1 o garimpo, por pressões federais e internacionais, começou a declinar radicalmente. O garimpo na *área Yanomami* provocou não somente a atração de migrantes de fora do Estado, mas também muitos colonos já assentados em velhos ou novos projetos de colonização no centro e no sul e sudeste de Roraima dirigiram-se para estes focos de garimpos (MACMILLAN, 1995: 59-66). A mobilidade aí deixou apenas a destruição ambiental, a evasão de minérios e o desgaste humano.

A *área Wai-Wai/Waimiri-Atroari*, no sul e sudeste de Roraima, recebe a cunha do povoamento a partir da construção da rodovia Manaus-Boa Vista (BR 174) (trecho Manaus- Caracarái) e da Perimetral Norte (BR 210) (MAPAS 04 e 05). Missionários haviam tentado contacto com os Waimiri-Atroaris em 1968, mas um padre foi assassinado e propagou-se uma imagem de ferocidade destes nativos. O baixo rio Jauapery era destinado aos indígenas desde 1917, mas os médio e alto cursos não eram percorridos sequer por coletores (latex ou castanha) ou caçadores. O rio Jatapu, em cujas nascentes estavam os Wai-Wais, veio a figurar nos mapas oficiais do Brasil somente após 1972, descoberto pelo Projeto RADAM (1985). A reserva é restaurada em 1971 (Dec. 68907) e ampliada em 1978 (Port. 511 da FUNAI). As três quartas partes finais desta década (1970) foram de arranque do front madeireiro, coletor de castanha, e agrícola, arrastado pelas estradas mencionadas. Os Waimiris ficaram confinados ao extremo sul e muitos choques se registraram entre migrantes e estes índios. Ainda em 1988 uma dezena destes índios foram contactados pela primeira vez (CEDI, 1991: 199-200, 204). Hoje são cerca de 500 indivíduos, participam do Programa FUNAI-Eletronorte e estão a receber US\$ 3,797 milhões como reparação financeira pelo asfaltamento em curso da BR 174, que corta a sua reserva (DIÁRIO DE RORAIMA, 1995:6A).

Os Wai-Wais encontraram-se em 1975 com a frente pioneira da BR 210 (Perimetral Norte). Estes índios teriam sido vistos

primeiramente nas partes mais baixas da Guyana, por Coudreau, em 1884, e por Ogilvie em 1910 (FARABEE, 1967: 153). Já em 1913, FARABEE observa suas aldeias nas nascentes dos rios Mapera e Jatapu (Brasil) e Essequibo (Guyana), monolíngües, vivendo em habitação comunal e quase sem nenhum contacto com os brancos. Desde então, estes nativos vêm sendo registrados nestas terras altas divisoras d'água (Serra do Acari). Em 1950 seriam 150 pessoas; em 1957 seriam 170, e a deculturação teria sido intensa na década de 1950 (MEGGERS, 1971: 130). Contudo, nos anos de 1960 eles viviam em casas comunais e tinham sua própria religião. Em 1976, nos inícios da frente da Perimetral, teriam vindo todos da Guyana para o lado do Brasil – seriam 350 pessoas (SILVA, 1980:82) – e em 1982 tiveram uma área de 3.300 km<sup>2</sup>, naquelas terras altas, declarada como sua (MAPA 05).

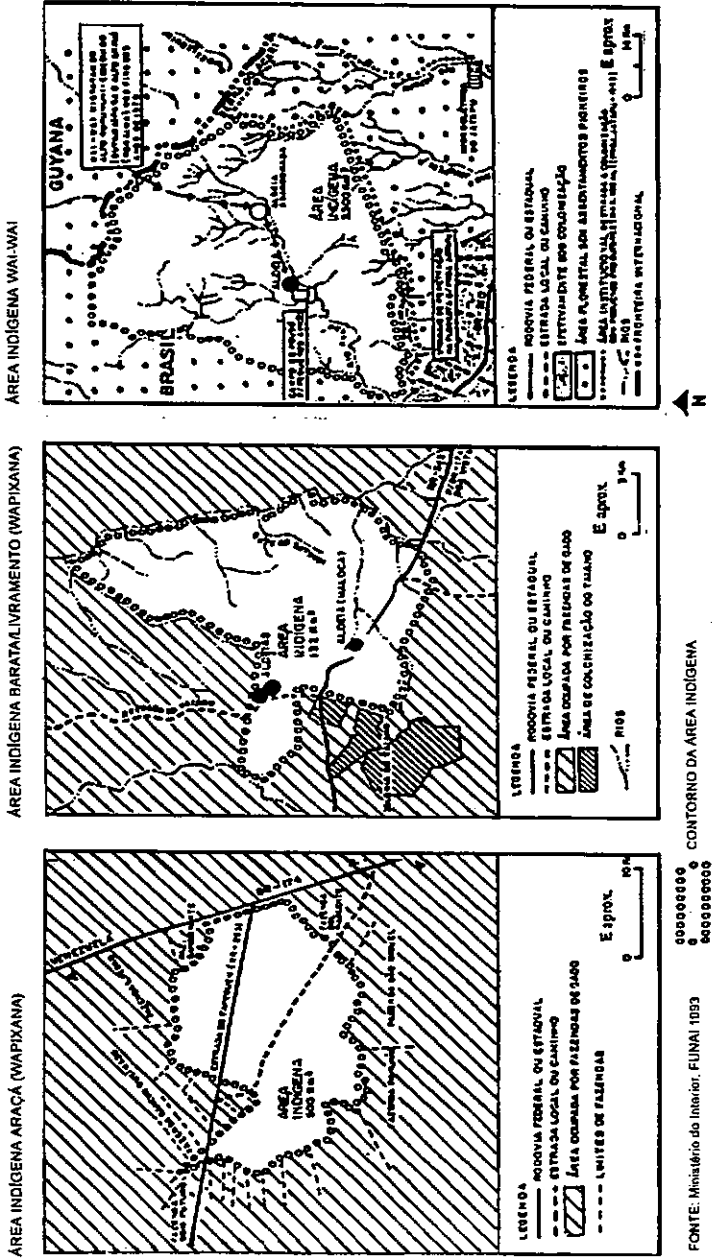
Os Wai-Wais estão hoje convertidos à religião dos Adventistas do 7º Dia, vivem em casas monofamiliares e vendem artesanato e castanha do Pará, visitando as sedes municipais ao longo da Perimetral Norte, por vezes em busca de socorro nas unidades de saúde. Toda esta onda imigratória em direção ao sul e sudeste florestais de Roraima desestruturou e restringiu os territórios existenciais, de caça e coleta de ambos os grupos, Wai-Wais e Waimiri-Atroari, abraçando-os pouco a pouco na sociedade expansiva. As diversas microfranjas ativas, sem o dinamismo das décadas de 1970 e 1980 contudo, vão se aproximando lentamente das bordas das reservas territoriais. A difusão cultural, por seu turno, realizada pelas redes de artesanato e negócios, missões e assistência, transpõe estes limites territoriais acelerando a absorção sociocultural.

### **A Herança de povoamento da dinâmica pré-rodoviária**

Os fluxos migratórios que chegaram a Roraima antes dos anos de 1970, atraídos pela pecuária, pela mineração, pela colonização e pelas obras e funções públicas tiveram uma incidência espacial diferente das migrações recentes. Somente a frente burocrática dos serviços, em Boa Vista, prolonga pelas décadas pós 70 aquela tendência pré-rodoviária. Mesmo assim, já se nota a emergência de novas fronteiras burocráticas de serviços, ainda muito pequenas é verdade, nas sedes municipais resultantes das ondas de povoamento no domínio florestal. As áreas incorporadas, mais ou menos consistentemente, pelos fluxos mencionados acima situavam-se nas



**MAPA 05  
RORAIMA: ÁREAS INDÍGENAS WAIPIXANAS (2) E ÁREA WAI-WAI  
1983**



savanas/campos, nas áreas de floresta nas margens daquelas, e ao longo do rio Branco em suas partes ribeirinhas.

Em 1793, o Governo Português cria três estabelecimentos para criar gado nos campos do vale do rio Branco. Estas fazendas, estatais e denominadas de Fazendas Reais, eram ribeirinhas e localizadas acima do ponto onde hoje se encontra Boa Vista. Mais para o norte, como pré-proteção militar, foi construído um forte (São Joaquim), no mesmo momento. As fazendas deveriam, através do transporte fluvial, oferecer gado vivo ao vale amazônico. De fato, a pecuária nos campos do rio Branco só viria realmente a se expandir na segunda metade do século 19, quando o *boom* da borracha cria mercado de carne para as fazendas. A fundação destas fazendas, na realidade, foi guiada sobretudo pelo objetivo lusitano de assegurar a posse da área em relação aos impérios espanhol e holandês. Em 1798, as três fazendas teriam juntas 900 cabeças de gado bovino; em 1843, cerca de 5 a 6.000 (HEMMING, 1990: 4). A partir de 1840 começam a ser criadas muitas fazendas particulares, inclusive a Boa Vista no sítio onde hoje está a cidade de mesmo nome, e em 1878 duas das fazendas estatais são arrendadas a particulares (HEMMING, 1990: 5). Em 1912, no auge da pecuária em Roraima, existiam 200.000 cabeças de gado bovino e um intenso fluxo de balsas boiadeiras no rio Branco, em direção a Manaus. Em 1920 o rebanho atingiu 300.000 cabeças (Idem, 1990: 8).

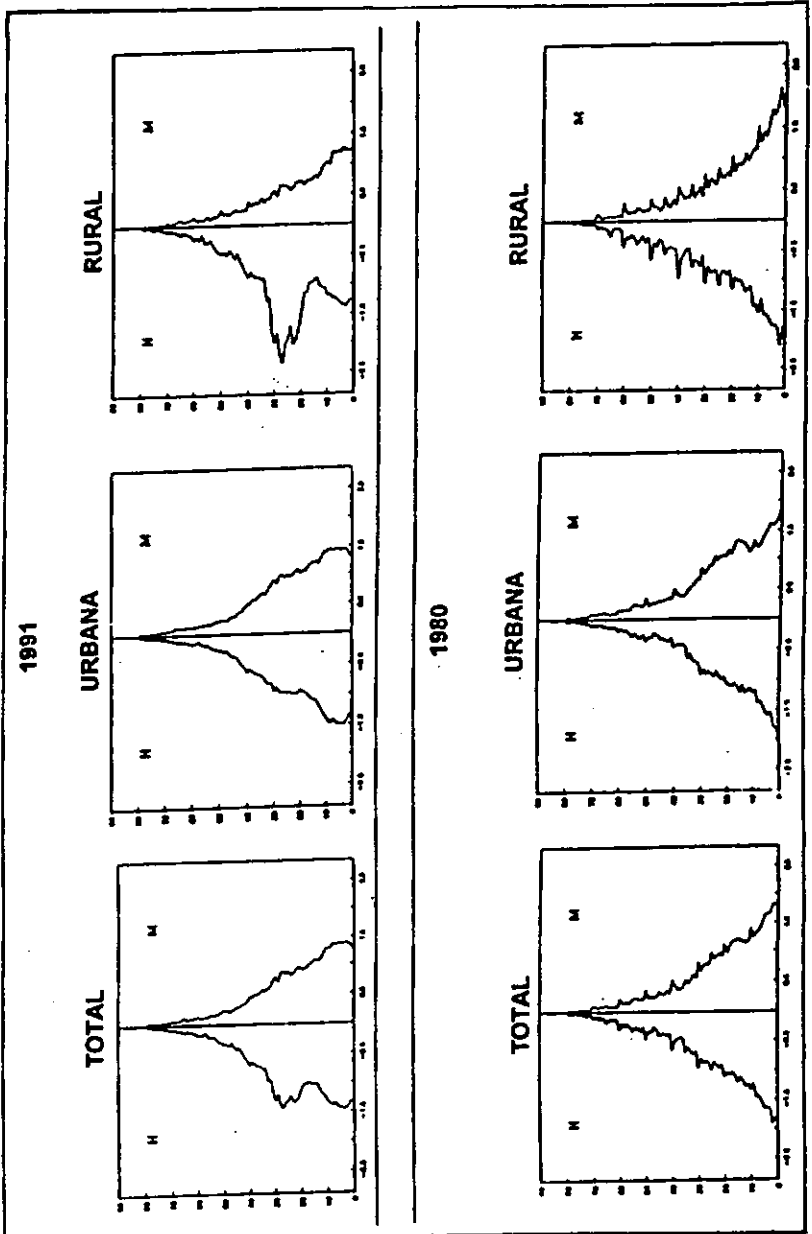
Esta expansão da pecuária pelo nordeste de Roraima atraiu alguns contingentes populacionais. Em 1883 seriam 384 pessoas não-índias (HEMMING, 1990: 9) vivendo nas fazendas principalmente e em proporção pequena em pontos de apoio à navegação e postos de coleta nas margens do rio Branco. Em 1897 seriam cerca de 1.000 não índios e Boa Vista teria 27 casas (BARBOSA, 1992: 17-19). O censo demográfico registrou, para 1920, uma população de 7,5 mil habitantes não-índios em Roraima. A pecuária sendo ultra-extensiva e usando força de trabalho indígena, tinha pouca capacidade de absorver imigrantes. O criatório formou o bolsão de fazendas em torno de Boa Vista, uma paisagem que ficou – olhando-a hoje – como herança apenas, congestionada pela apropriação fundiária e áreas indígenas delimitadas, não mais capaz de receber os novos contingentes migratórios e a expansão pecuária. Excelentes descrições destas paisagens podem ser encontradas em RICE (1924), GUERRA (1957) e RIVIÈRE (1972).

O garimpo de ouro e diamantes – cujos primeiros registros em Roraima datam de 1917 ao norte de Boa Vista, áreas dos rios Maú e Cotingo e 1927 na fronteira Brasil/Venezuela em Pacaraima (VIEIRA, 1971: 8) – começa a atrair migrantes para Roraima no momento do declínio associado da borracha no vale amazônico e da pecuária em Roraima. Pessoas desmobilizadas da borracha, fazendeiros em busca de transformar aplicação em gado em outra atividade mais rentável, tudo cooperou no avanço dos garimpeiros em direção ao norte da bacia do rio Branco. O rio era usado para o transporte até onde possível, e depois os grupos de garimpeiros subiam as vertentes usando transporte animal ou a pé. Em 1943, 59,6% do valor da produção registrada em Roraima correspondia à produção de ouro e diamantes e 26,8% correspondia à pecuária; o rebanho havia declinado para 120.000 cabeças (CAVALCANTI, 1945: 43, 49).

No começo dos anos de 1950 pequenos aviões começaram a ser utilizados, tendo GUERRA (1957: 207-208) identificado 29 pequenas pistas de pouso. Muitos dos núcleos criados ao redor dos garimpos desapareceram; outros, contudo, permaneceram como resíduos. Nos anos de 1960, após rápido aquecimento garimpeiro em 1959, a mineração entra em profundo declínio. VIEIRA observou que em 1970 o povoado de Tepequém, remanescente do garimpo, reproduzia-se através de um sistema familiar que combinava garimpo com roças de subsistência e coleta (1971: 12), similarmente a outros núcleos no município de Normandia e norte de Boa Vista em geral. A mineração deixou um pequeno quantitativo de população ao norte de Boa Vista, no *piedmont* de Pacaraima, que GUERRA denominou *zona extrativa mineral* (1957: 165). Os maiores efeitos da mineração acabariam por se concentrar em Boa Vista, que a partir da década de 1940 passa a ser sede do então criado (1943) Território Federal.

A criação do Território Federal desencadeou uma série de obras na cidade de Boa Vista. Implantou-se um novo plano urbano (1946) e nele foram assentadas as novas construções do centro administrativo. A criação do Território, juntamente com a intensa mineração mencionada anteriormente, provocaram o crescimento populacional e a ultracentralização da população e das funções urbanas em Boa Vista, ao longo das décadas de 1940 e 1950. Boa Vista – que em 1943 teria 2.000 habitantes (CAVALCANTI, 1945: 15) – tornou-se uma *fronteira burocrática* cuja importância se prolongará até os dias atuais. É também no âmbito da atuação federal, e

**FIGURA 01**  
**ESTADO DE RORAIMA**  
**PIRÂMIDE DE IDADES/SEXO: TOTAL, URBANA E RURAL**  
**1980, 1991**



FONTE: IBGE. Censos Demográficos, 1980, 1991.

simultaneamente, que várias colônias de pequenos produtores foram implantadas pelo governo, no entorno de Boa Vista (distâncias não maiores que 60 quilômetros desta cidade). O povoamento resultante, efeito dos processos mencionados (pecuária, mineração, fronteira burocrática e primeiros projetos de colonização), ocupou mais consistentemente apenas o sudeste de Roraima e rarefeitamente as áreas ribeirinhas do rio Branco.

### **As Migrações recentes na escala estadual**

O censo demográfico em Roraima, realizado no segundo semestre de 1991 sob condições de muitas dificuldades operacionais – prolongadas inundações tolhendo o deslocamento dos recenseadores, receios por parte da população garimpeira que sofria forte repressão policial, e outras dificuldades típicas de contextos de fronteira política e de expansão –, constatou uma população residente de 215.790 habitantes. A exploração de ouro estava em franco declínio, o auge havia passado, e milhares de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a mineração deixara ou estava deixando o Estado. Além disto, a colonização agrícola das duas décadas anteriores estava enfrentando os resultados da progressiva deterioração das infra-estruturas de circulação (pontes e estradas principais e vicinais) pioneiras que os havia levado para áreas novas de floresta.

Os dados dos censos de 1980 e 1991 permitem, contudo, verificar que no período a dinâmica migratória para Roraima foi muito intensa, inclusive comparativamente no contexto amazônico, como já comentado na Introdução e outras partes anteriores deste trabalho (TABELAS 1 e 2). A dinâmica foi relativamente maior que para Rondônia, cuja situação em primeiro lugar acontecera na década anterior (1970-1980). O censo demográfico de 1991 fotografou Roraima no final daquele alto *rush* demográfico, volátil e capitaneado pelo garimpo. Isto pode ser visto nas PIRÂMIDES DE IDADES/SEXO para os dois anos – 1980 e 1991 – no Estado de Roraima (FIGURA 01), quando a pirâmide da população total para este último ano é muito expandida para a esquerda (população masculina) na faixa dos 20 aos 35 anos, sendo isto mais acentuado para a pirâmide da população rural, o que contrasta com a figura que retrata a situação no ano de 1980.

Os dados do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – para as áreas urbanas de Roraima bem captam aquela evasão que se sabia em 1991 e que se prolongou pelos anos de 1992 e 1993. Uma vez que a população urbana de Roraima, sobre a qual foram aplicados por amostra os questionários da PNAD, significava cerca de 65% da população total em 1991 (TABELA 3), entende-se que estes dados da PNAD podem fornecer uma boa imagem sobre o conjunto da população nesta unidade da federação. A taxa de não naturais declina muito acentuadamente para o período de um ano e pode-se talvez acreditar que isto seja efeito essencialmente migratório (TABELA 4). As paisagens dos garimpos e de Boa Vista nestes anos corroboram o fato: subúrbios fantasmas de casas em construção recém-abandonadas nas periferias de Boa Vista, desvalorização de imóveis, a rua do Ouro e o Aeroporto apenas vegetando, vilarejos vazios e restos de acampamentos (plásticos, bombas, tubos, etc) no meio da floresta no oeste do Estado. Acredita-se que se um censo ou contagem de população tivesse sido realizado em 1989 ou 1990 a população total poderia ter atingido cifras entre 250 e 300 mil habitantes (JOAQUIM, 1992:1).

O arrefecimento das migrações para Roraima nos primeiros anos da década de 1990, contudo, não se deveu apenas ao declínio do garimpo, mas também ao desencanto e dificuldades associadas com a colonização de terras, como já observado nesta parte do trabalho. Somente a partir de 1994/5 é que recomeçam sinais de certa reanimação da colonização, com a melhoria de infra-estruturas nas áreas já sob colonização e abertura de estradas e áreas pioneiras novas, como em Confiança, Bonfim (MAPA 02) e esforços no sentido da reorganização e dinamização da política de assentamentos de colonos.

Desde a década de 1970 – com a abertura da parte meridional de Roraima à colonização, coleta e exploração de madeiras e com os investimentos públicos em B. Vista – que se verifica uma expansão populacional muito rápida por conta das imigrações (TABELA 1). Este crescimento realizou-se, em consequência, com a seguinte distribuição: intensificação do crescimento urbano de Boa Vista com acentuação da sua macrocefalia; e, povoamento agropecuário com coleta e exploração madeireira nas áreas de fronteira de

**Tabela 4**  
**Estado de Roraima**  
**População residente urbana não-natural do estado**  
**de Roraima (taxa de imigração da população urbana)**  
**1992, 1993**

ANO	NASCIDO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (%)
1992	55,4
1993	45,2

Fonte: IBGE. PNAD. 1992, 1993.

**Tabela 5**

Estado de Roraima

População residente urbana de acordo com a naturalidade  
Em relação ao município e à unidade da federação onde residem,  
Segundo a idade (%)  
1993

GRUPOS DE IDADE	NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM (%) (A)	NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM		
		Total	Nasc. em RR (%) (Y)	N-nasc. em RR (%) (Z)
0-17	72,34	27,66	7,69	92,31
18-39	32,63	67,37	7,82	92,18
40-64	29,82	70,18	9,99	90,01
65 e mais	11,10	88,90	(-)	100,00

FONTE: IBGE.PNAD.1993

OBS: (A) + (B) = 100% = pop. urbana residente;

(Y) + (Z) = 100% = pop. urbana de n-naturais do município onde residem.



expansão no sudeste do Estado, isto é, nos altos e médios cursos dos rios Jatapu, Jauapery e Anauá.

De acordo com o censo de 1991, cerca de 81% da população estadual vivia na metade setentrional do mesmo, isto é, nos municípios de Boa Vista, Normandia, Bonfim e Alto Alegre que formam o que o IBGE denomina Mesorregião Norte de Roraima. Contudo, as superfícies de Normandia, Alto Alegre e norte de Bonfim, ou contextos rurais de Boa Vista, formam há várias décadas uma *área fechada* para aqueles que procuram terras novas (MAPA 02). São as já mencionadas paisagens de fazendas, vilas, sedes municipais e *malocas e reservas indígenas* delimitadas ou em fase de delimitação, paisagens em permanente tensão fundiária.

A população da Mesorregião em foco estava de fato na cidade de Boa Vista, que com cerca de 119 mil habitantes continha 55% de toda a população no Estado. SILVEIRA & GATTI (1988: 54) estudando o destino do fluxo migratório que chegava a Roraima pela BR 174 (Manaus/Boa Vista) no período de 1980 a 1984 – que se tomara então, substituindo a navegação fluvial, a grande rota da imigração – observou que 42% dos migrantes triados se dirigiam para Boa Vista atraídos pelas possibilidades de emprego público, postos na construção civil, cestas alimentares, lotes urbanos e materiais de construção gratuitos, etc, enquanto a mesma proporção (42%) se dirigia para a colonização no sudeste do Estado.

Em 1950, somente cerca de 28% da população vivia na capital, Boa Vista, e vinte anos depois, em 1970, a participação se eleva para 41%. Em 1980 a percentagem de população vivendo em Boa Vista mais se elevara, para 54%. A velocidade desta concentração se reduziu nos anos de 1980, uma vez que em 1991 a percentagem foi 55% (TABELA 3). As estradas Brs 174 e 210 e a colonização foram, ao impulsionar o povoamento para áreas antes não ocupadas pela população nacional no Estado de Roraima, os fatores opostos à persistência da aceleração concentradora. Boa Vista, com 119 mil habitantes, é cerca de 23 vezes maior que a segunda cidade do Estado, Mucajai (5.166 habitantes) cuja população tem valores aproximados das populações das outras 6 sedes de municípios com as quais se assemelha também funcionalmente. Não há centros urbanos intermediários em Roraima. A progressiva instalação de

serviços públicos principalmente, e privados, em Boa Vista desde a década de 1940 criou um efeito cumulativo de difícil reversão. Nos anos mais recentes, após a transformação do Território em Estado em 1988, estruturas de serviços públicos que o governo federal tradicionalmente oferece nos Estados passaram a ser implantadas em Roraima, e Boa Vista é que as recebe majoritariamente.

A população que ocorre para as áreas urbanas (principalmente Boa Vista) – não naturais das localizações urbanas onde estão em Roraima – e que é aproximadamente a metade da população urbana em Roraima segundo o PNAD (TABELA 4), em cerca de 9/10 havia nascido em municípios de outros Estados do país (TABELA 5). As migrações internas em Roraima, quando comparadas com o movimento imigratório de origem externa ao Estado, são de muito pouca importância. Outro aspecto a observar é que provavelmente devido à forte imigração de população com perfil jovem, em idade de trabalho e reprodução (aumento do estoque de população com capacidade de reprodução), nas décadas de 1970 e 1980, principalmente após 1975, a proporção de população urbana de naturais dos próprios municípios onde residem na faixa etária de 0 a 17 anos é muito mais alta que nas faixas seguintes (TABELA 5).

De onde do Brasil vêm estes imigrantes? Denominando as origens a partir das Macrorregiões do país, observa-se que o migrante urbano em Roraima (ou Boa Vista!) é oriundo – teve como lugar de nascimento – em larga maioria dos Estados da Macrorregião Nordeste (mais da metade) e em segundo lugar da própria Macrorregião Norte (Amazônia) (TABELA 6). Se as origens passam a ser vistas a partir das unidades da federação (Estados), pode-se sugerir que Roraima urbana pelo menos, é uma destinação principalmente do migrante da Macrorregião Nordeste natural dos Estados do Maranhão e do Ceará, provavelmente pela via Pará/ Amazonas (TABELA 7). De acordo com o censo demográfico de 1980, cerca de 52,33% da população total residente no Estado de Roraima era natural de Estados da Macrorregião Nordeste, e destes a metade era nascida no Estado do Maranhão, e em segunda importância vinham os oriundos do Estado do Ceará (BARROS, 1995:140). Os dados das duas fontes – censo de 1980 e PNAD 1992 e 1993 – sugerem a persistência destas origens geográficas dos fluxos. Observe-se contudo que os dados do PNAD resultam de

**Tabela 6**  
**Estado de Roraima**  
**População residente urbana não-natural do estado de Roraima**  
**segundo a origem macrorregional (naturalidade) (%)**  
**1992 e 1993**

MACRORREGIÃO DE NASCIMENTO	ANO	
	1992 (%)	1993 (%)
TOTAL	100,00	100,00
Macrorregião Nordeste	53,97	59,09
Macrorregião Norte	30,95	20,91
Macrorregião Sul	5,55	5,91
Macrorregião Centro-Oeste	5,16	7,73
Macrorregião Sudeste	4,37	6,37

Fonte: IBGE.PNAD. 1992, 1993.

**Tabela 7**  
 Estado de Roraima  
 População residente urbana não natural do estado de Roraima  
 segundo a origem estadual (naturalidade) (%)  
 1992 e 1993

		A N O	
		1992	1993
ESTADO	%	ESTADO	%
01.MA	29,37	1.MA	23,19
02.AM	20,63	2.CE	14,54
03.CE	11,11	3.PA	11,82
04.PA	7,14	4.AM	8,18
05.PB	3,97	5.PI	7,73
06.PR	3,57	6.BA	5,00
07.GO	3,17	7.GO	5,00
08.MG	2,38	8.PE	3,64
09.SP	1,99	9.PR	3,63
10.BA	1,98	10.MG	2,73
11.RS	1,59	11.MT	2,73
12.RO	1,59	12.RJ	1,82
Outros	11,51	Outros	9,99
TOTAL	100,00	TOTAL	100,00

Fonte: IBGE.PNAD. 1992, 1993.

amostras colhidas na população urbana, população esta que em Roraima, na quase totalidade, situa-se em Boa Vista. O que estará acontecendo nas áreas em processo de colonização?

Inicialmente, observemos o que acontece em uma sede municipal (cidade) na área de colonização recente na Microrregião do Sudeste de Roraima. Os dados que compõem a TABELA 8 – foram estes dados colhidos em pesquisa amostral em 1995, envolvendo 254 chefes de família residentes na cidade de São Luís do Anauá (total de 2.242 habitantes, de acordo com o censo de 1991) – indicam para os chefes de família uma participação de migrantes naturais de Estados da Macrorregião Nordeste semelhante aos resultados apresentados na TABELA 6 (PNAD). O que efetivamente contrasta é a proporção – nesta pequena cidade na área de floresta e fronteira recente – alta de migrantes tendo por naturalidade Estados da Macrorregião Sul, especialmente Paraná e Santa Catarina.

Estariam os migrantes desta Macrorregião mostrando uma preferência de apropriação fundiária e paisagem, dirigindo-se para as áreas rurais de colonização recente e pequenas cidades emergentes desta colonização, onde a fronteira burocrática dos serviços públicos é quase ausente? Na mesma pesquisa, observaríamos ainda que entre os oriundos do Nordeste, 4/5 são nascidos no Estado do Maranhão, e representam cerca de 45% de todos os entrevistados que haviam nascido em outras unidades da federação que não Roraima. Conforme a TABELA 7, para o conjunto urbano de Roraima (PNAD), esta importância – percentagem de maranhenses no total de não naturais de Roraima – foi bem mais reduzida (29,37% em 1992; e 23,19% em 1993). Teriam também os maranhenses a mesma orientação dos oriundos da Macrorregião Sul? Estariam eles competindo diretamente pela mesma área de destino?

### **As Migrações na frente de povoamento da Perimetral Norte (BR 210) e BR 174 (Manaus/Caracarai)**

O novo povoamento de natureza permanente em Roraima a partir da década de 1970 foi, como visto, resultado da abertura de estradas, Brs 174 e 210 (Perimetral Norte) por áreas ainda não incorporadas à sociedade nacional do ponto de vista socioeconômico (MAPA 06). Esta larga frente de expansão que se instalou a partir das estradas

**Tabela 8**  
 Sede municipal de São Luís do Anauá. Estado de Roraima  
 Chefes de família residentes na cidade de São Luís do Anauá  
 segundo a origem macrorregional (naturalidade) (%)  
 1995

MACRORREGIÕES	ANO DE 1995
TOTAL	100,0
Macrorregião Nordeste	54,7
Macrorregião Norte	15,4
Macrorregião Sul	18,1
Macrorregião Centro-Oeste	5,5
Macrorregião Sudeste	6,3

Fonte: Pesquisa direta de domicílio realizada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DO ANAUÁ, 1995.

em partes meridionais do Estado – vales dos rios Anauá, Jauapery e Jatapu – não foi do tipo empresarial, não recebeu incentivos fiscais da SUDAM, e se constituiu em uma fronteira para médios e pequenos agentes. Outro aspecto a ser observado é que nestas áreas recém-abertas não havia população nacional prévia que aí tivesse se sedimentado como resíduo de frentes coletoras (castanha, seringa, etc). Não havia portanto o camponês-coletor ou o caboclo que NUNES (1991: 104) registra no Acre, VALVERDE (1987: 415) no Pará, ou que VAZ (1996: 47) denomina *ribeirinhos ameríndios* ao estudar assentamentos ao longo do rio Tapajós. O encontro será com os grupos indígenas, como examinado anteriormente.

A maior parte da colonização nas últimas duas décadas se foi concentrar na metade meridional ou sul do Estado, nos Municípios de São Luís do Anauá, São João da Baliza, Caracarái e Mucajaí (que constituem a Mesorregião Sul de Roraima), principalmente nos dois primeiros que juntos (Microrregião Sudeste de Roraima) detêm 57% de todos os lotes de colonização cedidos na superfície estadual (TABELA 9). O *layout* foi e é linear à forma de espinhas de peixe, *vicinais*, partindo das rodovias citadas, maneira comum à Amazônia no Brasil e em outros países que compartilham deste domínio (EASTWOOD, 1991: 33). Os lotes retangulares apresentam em média 400 metros de frente para as *vicinais* ou rodovias e 2.000 metros de comprimento (MAPA 07).

A dinâmica da distribuição neste território dos fluxos migratórios se foi fazendo da seguinte maneira: primeiro se ocuparam as margens das rodovias com os primeiros chegados na segunda metade da década de 1970, e depois as *vicinais* foram sendo abertas para alojar a massiva nova quantidade de migrantes que chegava nos anos de 1980, até 1988 aproximadamente, quando se verifica o estancamento. Desta forma, os recursos de coleta – madeiras de mais alto valor, castanha, caça – foram se tomando progressivamente escassos nas áreas próximas às rodovias. A natureza coletora em um sistema predatório foi empurrando os migrantes com orientação mais coletora e mais pobres, para as margens dos projetos, seções ainda não doadas e intocadas pelo sistema de exploração. Isto se verifica até os dias atuais, tendo-se como exemplo a localidade de Serra Dourada, ao norte da cidade de São Luís, no SE de Roraima.

**Tabela 9**  
 Estado de Roraima  
 Lotes de colonização cedidos segundo os municípios  
 1992

Municípios	Número de lotes cedidos	Importância relativa (%)
São Luís do Anauá	4.110	27,0
São João da Baliza	4.722	30,5
Caracará	560	3,6
Mucajal	1.904	12,3
Alto Alegre	884	5,7
Bonfim	2.853	18,4
Boa Vista	392	2,5
<b>TOTAL GERAL<sup>(1)</sup></b>	<b>15.505</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DOS DADOS BÁSICOS: SEC. AGRIC. DE RR. Divisão de Colonização. Boa Vista, jan.1993/INCRA.  
 Coord. Região Norte: escrit. de Roraima. Boa Vista, jan.1993.  
 OBS: (1) no Município de Normandia não se registra colonização.



Formou-se com o tempo um quadro complexo de uso da terra – agricultura, coleta (castanha/madeira) e pecuária –, e o atrito de distância que incide sobre a colonização tem dificultado o acesso aos mercados de Boa Vista e Manaus para os produtos agrícolas e portanto erodido suas chances de expansão. Algumas partes consolidaram um sistema familiar misto de agricultura (roça: subsistências e arroz ou banana para venda) com pequeno rebanho e pequenos animais (aves, porcos) e coleta (castanha e extração seletiva de madeira). O asfaltamento iminente das Brs 174 e 210 poderá precipitar alguma valorização da agricultura comercial. Nas áreas mais antigas de ocupação, mais próximas às sedes municipais e estradas portanto, o uso pecuário do solo avança, com a substituição da floresta por pastos.

Há então, uma marcante diferença de uso do solo entre as áreas mais antigas e as mais recentes de colonização no sudeste de Roraima. Três zonas ou paisagens se formam: *zona a*, de vivo interesse da pecuária, caracterizada por pouca e muito residual cobertura floresta e ampla cobertura de pastos e sem interesse para o colono coletor; *zona b*, intermediária, de uso indefinido, com pouca cobertura de pastos e aparência de abandono; e por fim a *zona c*, das franjas florestais ativas – áreas mais afastadas das rodovias – de onde vêm as madeiras e castanha. Os novos imigrantes em geral ou se dirigem para estas áreas de franjas ativas, para as áreas deprivadas de coleta mas passíveis de expansão de pasto, ou para os núcleos populacionais ao longo das estradas (Brs) (fronteira de serviços). São estes os focos de atração. A pecuária está sem dúvida sendo deslocada em direção à Roraima Meridional. Em 1970, apenas 1,2 % do rebanho bovino do Estado se situava na metade sul; em 1994 esta percentagem havia se elevado para cerca de 24% (TABELA 10). No futuro, com a melhoria da circulação, pode se verificar um aquecimento pecuário.

Estaria havendo alguma mudança na origem dos fluxos migratórios que ainda se dirigem para o Sudeste de Roraima? Em primeiro lugar, deve-se observar que a fronteira estancou em 1988/9, e os novos imigrantes são muito poucos e somente após 1993 vem acontecendo pequena reanimação por conta de investimentos públicos seletivos (educação, energia, recuperação de pontes e estradas, etc). Houve, entre 1988 e 1993, muita evasão e abandono da fronteira. A TABELA 11 oferece uma idéia deste ritmo da ocupação

**Tabela 10**  
 Estado de Roraima  
 Evolução da distribuição do rebanho bovino  
 Roraima setentrional e Roraima meridional  
 1950-1985

Anos Censitários	RR Setent. (A) <sup>1</sup>		RR Merid. (B) <sup>2</sup>		Total do Estado (A)+(B)	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%
1950	139.254	100,0	(-)	0,0	139.254	100,0
1960	166.759	99,7	492	0,3	167.251	100,0
1970	235.901	98,8	2.860	1,2	238.761	100,0
1975	242.711	98,6	3.415	1,4	246.126	100,0
1980	299.987	95,6	13.894	4,4	313.881	100,0
1985	269.647	88,7	34.364	11,3	304.011	100,0
1994 <sup>3</sup>	217.052	76,0	68.544	24,0	285.596	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demog. e Econ. do Território Fed. do Rio Branco: 1950. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Censos Agropec. de Roraima: 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Rio de Janeiro.

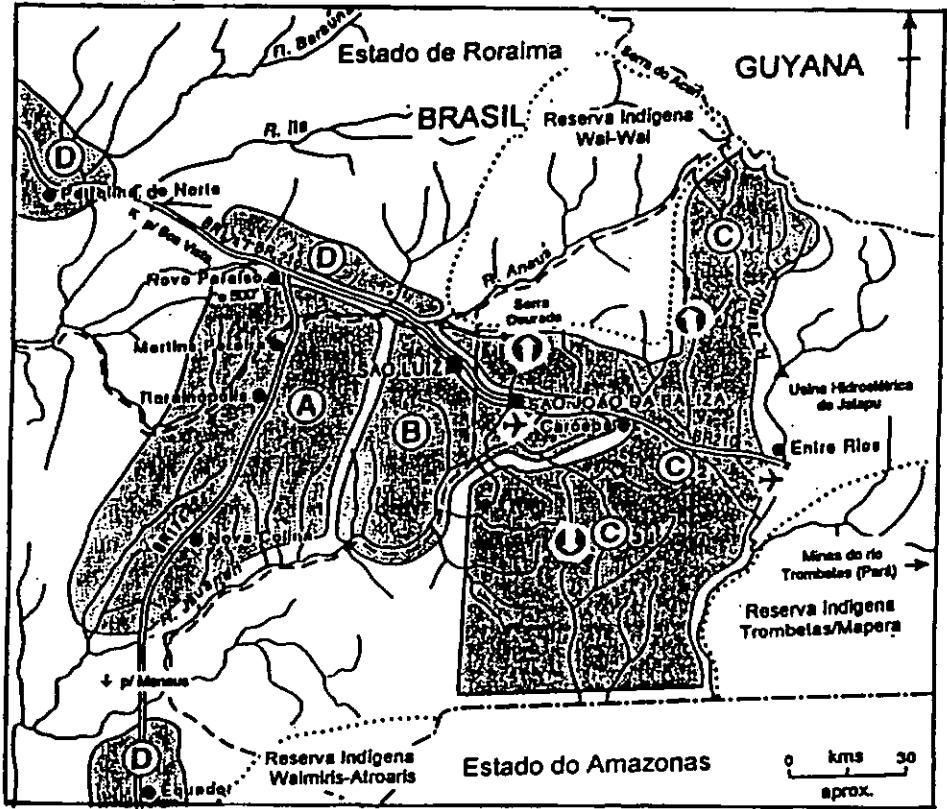
Notas: 1: Roraima Setentrional corresponde à Zona do Alto Rio Branco, em 1950 e 1960; ao município de Boa Vista em 1970, 1975 e 1980; e aos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Bonfim e Normandia em 1985, com os respectivos rebanhos neste ano: 157.216; 32.134; 39.702; e 40.595.

2: Roraima Meridional corresponde à Zona do Catrimani em 1950 e 1960; ao município de Caracará em 1970, 1975 e 1980; e aos seguintes municípios, com os seus respectivos rebanhos, em 1985: Mucajaí (11.310); Caracará (11.101); São Luís do Anauá (6.142); e São João da Baliza (5.811).

3: Dados não censitários, mas sim do Sistema de Acompanhamento da Produção Agrícola, 1994.

(-): Não há registro do fato.

MAPA 06  
 SUDESTE DO ESTADO DE RORAIMA  
 PROJETOS DE COLONIZAÇÃO  
 1996

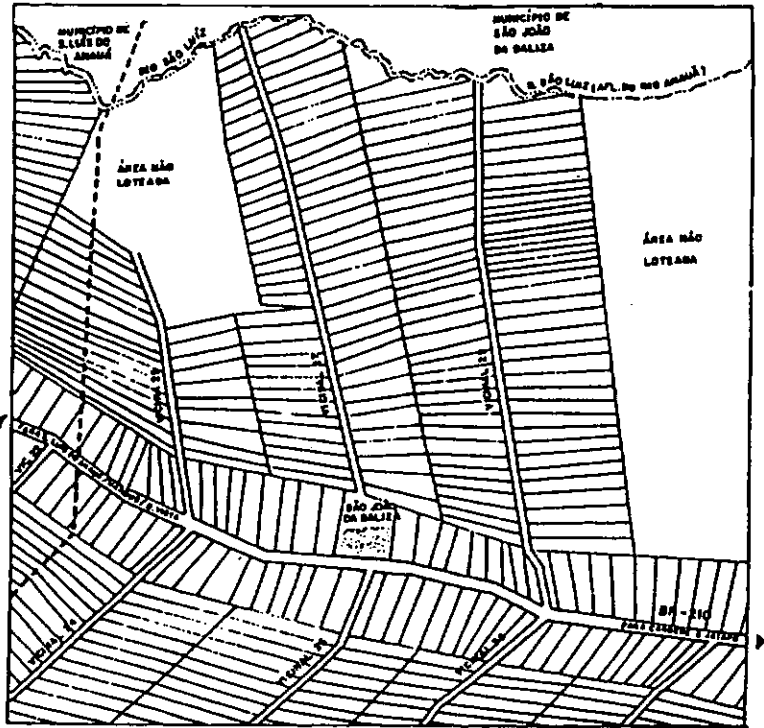


- limite Internac.
- - - limite interestadual
- - - limite intermunicipal
- limite dos Projetos de Colonização
- - - limite de Gleba
- ..... limite de reserva indígena
- == rodovia (não pavimentada)

- A - Projeto Anauá, 1979
- B - Projeto Jauapery, 1982
- C - Projeto Jatapu, 1983
- C1 - Gleba Beliza
- C2 - Gleba BR 210
- C3 - Gleba Branquinho
- D - Outros Projetos de Gov.

- cidades (sedes de munic.)
- aglomerados
- ✈ campos de pouso (peq. aeronaves)
- ⓘ frente ativa

**MAPA 07**  
**MUNICÍPIOS DE S.L. DO ANAUÁ E S.J. DA BALIZA,**  
**Sudeste do Estado de Roraima (RR).**  
**FORMA DOS ASSENTAMENTOS DE COLONIZAÇÃO:**  
**GLEBA BALIZA DO PAR<sup>1</sup>-JATAPU E PAR-JAUAPERÝ.**  
1993

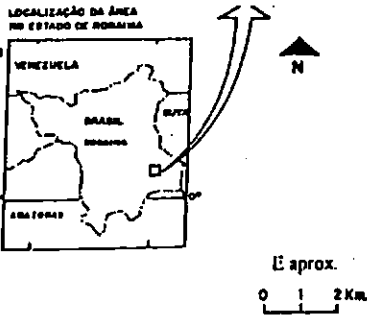


**LEGENDA**  
--- LIMITE ENTRE MUNICÍPIOS  
BR - 210 (RODAVA NÃO PAVIMENTADA, PERIMETRAL NOROESTE)  
Estreito Vicinal de Penetração no Floresta  
LIMITE DOS LOTES

Obs. neste mapa: - ÁREA/PLA. DA BR-210: DESTA DO PROJETO (PAR) JAUAPERÝ  
- ÁREA AO NORTE DA BR-310: DESTA DO PROJETO JATAPU

1 - PAR = Projeto de Assentamento Rápido

**FONTES:** M. A. INCRA. PLANTA GERAL DO PAR JATAPU E DO PAR- JAUAPERÝ. E. 1:100.000 FOLHA CI, MAIO / 1993.  
M. da Saúde - SUCAM. DIRETORIA REGIONAL DE RORAIMA. MAPA DOS MUNICÍPIOS DE S.L. ANAUÁ E S. J. DA BALIZA. E. 1/20.000. SET. 1984.



**Tabela 11**  
**Microrregião sudeste de Roraima**  
**Municípios de São Luís do Anuá e São João da Baliza**  
**número de casas habitadas segundo o ano: 1983-1994**

Anos e número de casas

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
	4.282	4634	(-)	5.731	5.913	7.216	(-)	7.062	6.878	6.242	6.573	6.644

FONTE: FUSAM. Ministério da Saúde. Diretoria de Roraima, Boa Vista, 1995.  
 (-) : informação não disponível.

**Tabela 12**  
 Microrregião sudeste de Roraima  
 Colonos inscritos nos projetos de assentamento rápido Jatapu e Jauapery  
 No período de 01 de janeiro de 1990 a 30 de junho de 1993, de acordo com o último  
 Local de residência

ÚLTIMO LUGAR DE RESIDÊNCIA	IMPORTÂNCIA (em %)
Estado de Rondônia	42
Estado do Maranhão	18
Estados de Pará e Mato Grosso	15
Estado do Paraná	5
Outros Estados da Federação	20
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

FONTE: INCRA. Escritório de Roraima. 1995.

no tempo com base no número de casas habitadas, constante de registros produzidos pela FUSAM, Ministério da Saúde. Por outro lado, utilizando-se registros do INCRA, observa-se que nas Glebas Baliza e Branquinho do Projeto de Assentamento Rápido do Jatapu (PAR Jatapu) (MAPA 06), com ampla capacidade de alojamento, apenas 415 inscrições foram feitas de janeiro de 1990 a setembro de 1995, tendo neste último ano atingido o maior valor ainda que durante apenas 9 meses de registro (104 inscrições).

A partir de registros do INCRA, foi verificado que os colonos chegados (inscritos) nos dois grandes Projetos de Assentamento Rural na Microrregião do Sudeste de Roraima no período de 1990 a 1993 – o Projeto de Assentamento Rápido do Jatapu (mencionado) e o Projeto de Assentamento Rápido Jauapery – apresentavam em ampla maioria (45%) Rondônia como último local de residência. Quanto ao local de nascimento, 46% eram naturais de Estados das Macrorregiões Sul e Sudeste do Brasil, e 43% de Estados da Macrorregião Nordeste (TABELAS 12 e 13). Se estes dados são analisados juntos com os constantes na tabela 8, e examinados anteriormente, é possível identificar uma tendência. A consolidação do povoamento, o fim das transferências oficiais de população, o alargamento das áreas já degradadas de recursos florestais (coleta de madeira/castanha/caça alimentar), têm operado uma seletividade do imigrante, tomando a fronteira mais interessante para o imigrante mais capitalizado, capaz de enfrentar o custo de uma migração longa, não necessariamente dependente de coleta florestal, e interessado em criatório. A fronteira consolidada, com energia hidroelétrica e asfaltamento iminente das estradas, torna-se campo do imigrante que pode se reproduzir nela a partir do mercado de gado. As franjas ativas, *sítios geográficos* típicos do colono maranhense, vão se tornando tão residuais como foram se tornando os *habitats* indígenas.

### Considerações finais

Em que medida o que foi exposto nas páginas precedentes pode ajudar na exploração das tendências e perspectivas populacionais na superfície de Roraima? A resposta a esta questão comporta, esquematicamente, considerar influências de duas ordens. Em

**Tabela 13**

Microrregião Sudeste de Roraima  
 Colonos inscritos nos Projetos de assentamento rápido Jatapu e Jauapery  
 no período de 1 de janeiro de 1990 a 30 de junho de 1993, de acordo com o  
 local de nascimento

MACRORREGIÃO DE NASCIMENTO	IMPORTÂNCIA (em %)
Sul e Sudeste do Brasil	46
Nordeste do Brasil	43
Outras Macrorregiões	11
TOTAL	100

Fonte: INCRA. Escritório de Roraima. 1995.

primeiro lugar, entende-se que o mosaico das paisagens existentes, mosaico este resultante da mobilidade rumo a Roraima até o presente, tem um papel claramente ativo na definição das orientações territoriais dos fluxos que continuam em direção às terras dos rios Branco, Jauapery e Jatapu. Em segundo lugar, atuam entrelaçados os eventos cujas escalas mais propriamente transcendem à atividade local, tais como articulações econômicas transnacionais, planos viários de integração, revalorização política de fronteiras e políticas regionais de gastos, dinâmica de investimentos públicos em serviços, difusão e mudança de valores sociais e culturais, etc. Há, portanto, um enorme componente de imponderável; isto não inviabiliza, apenas dificulta, o levantamento de hipóteses de tendências e perspectivas.

As áreas de savanas não oferecem mais possibilidades de recebimento de volumes migratórios para resolução através da expansão horizontal da propriedade e produção. O adensamento da exploração agrícola ou pecuária nas áreas do nordeste de Roraima não reservadas às populações indígenas, que significaria possibilidades de maior capacidade de suporte demográfico pela atividade primária nesta seção do Estado, somente seria uma hipótese razoável no caso de intensa relação de negócios e articulações de investimentos – exportação de carnes e cereais ou frutas – com os mercados internacionais (USA/Canadá, Europa, Japão), hipótese bastante improvável a curto e médio prazos. Associadamente, tal hipótese teria também como pressupostos altos investimentos em capital e tecnologia agropecuária. A hipótese sustentável é que um Estado com imagem pública internacional de *Estado indígena* não seria um *locus* sedutor para isto. A retórica ambiental e indigenistas,



com forte influência nos organismos multilaterais de financiamentos de infra-estruturas, por certo atuariam em sentido contrário.

Desta forma, a seção de atração nos campos/savanas continua a ser a fronteira burocrática de Boa Vista. Isto significa que a atração será comandada pela expansão do gasto público, cujo ritmo e volume se relaciona com a teia de decisões e articulações políticas a nível nacional e a capacidade de investimentos do estado federal. A pecuária caminha então, nitidamente, para as áreas florestais no sul/sudeste de Roraima seguindo o rastro da fronteira agroextrativa onde esta já se estabilizou. Por vezes a pecuária vai à frente, substituindo-se a seqüência floresta/cultivos de roça/pasto pela seqüência floresta/pasto. As dificuldades de serviços, transporte e mercado para produtos agrícolas da frente agrocoletora de pequenos produtores acelera a transição para a pecuária extensiva e portanto para a diminuição da capacidade de suporte demográfico. As frentes ainda ativas deste tipo estão se tomando muito residuais uma vez que a malha territorial indígena ou de projetos de colonização ou reservas ambientais começa a preencher totalmente a superfície do Estado. A frente mineral parece estar com reduzidas chances de retorno à condição de grande foco de atração de populações para Roraima. Sem a frente mineira, os efeitos dinamizadores sobre Boa Vista passam a depender dos pagamentos de governo.

A estabilização do *habitat* resultante das frentes agrocoletoras de pequenos produtores iniciadas na década de 1970, com a herança dos seus efeitos ambientais, criou já um quadro de escassez de *nichos eco-culturais* para o colono coletor. Em outras palavras, a reprodução do sistema coleta-roça enfrenta problemas de *sustentabilidade* com a escassez de castanha e madeiras de alto valor. Desta maneira, os migrantes orientados preferencialmente para pecuária, mais capitalizados, ganham importância relativa crescente, ao passo que se observa declínio da importância dos *chronic movers*. Há um conflito sociocultural entre os colonos de origem nordestina, maranhenses principalmente, e os imigrantes do sul/centro-oeste do país, estes mais orientados para a agropecuária comercial e acumulação de terras para estes fins. O asfaltamento das estradas, iminente, e o fornecimento regular de energia hidroelétrica (Usina do Jatapu), assim como os investimentos em educação, saúde, segurança, lazer que se têm verificado na parte sul/sudeste de Roraima, ao mesmo tempo em que criam nas sedes

municipais uma pequena fronteira burocrática, criam também as condições para uma integração mais consistente com os mercados agropecuários e um distanciamento do padrão migratório coletor das décadas de 1970 e 1980.

No geral, desapareceu da superfície de Roraima a hiperdinâmica das paisagens. Aqui e ali, é verdade, como na nova estrada “do 500” (Novo Paraíso) a Boa Vista, este dinamismo pode ser ainda encontrado. Contudo, a *turbidez das paisagens geográficas* – para o observador talvez uma metáfora mais elucidativa que a do palimpsesto – por conta dos fluxos de migrantes (mineiros ou colonos) empurrando os remanescentes indígenas e substituindo a cobertura vegetal por roças e pastos e alterando aceleradamente a drenagem e a composição da vida animal, tudo arrastado pelas estradas, vai pouco a pouco dando lugar à sedimentação do habitat. As sedes municipais, que se multiplicam, passam a sediar mais e mais serviços, inclusive de lazer e entretenimento, e se ligam rotineiramente por telecomunicações com o mundo extra-regional. A fronteira assim se torna então mais seletiva quanto aos migrantes que ela atrai. A crua fronteira que se poderia denominar *paisagem de ambição*, nicho de liberdade original, dá lugar a uma paisagem progressivamente plena de constrangimentos fundiários, ambientais, institucionais.

#### *Agradecimentos:*

Dirijo agradecimentos especiais ao CNPq (financiador) e FACEPE (auxílios laterais), e à UFPE, à RGS/IBG assim como à UFRR, IBGE (B. Vista) e órgãos municipais (SL do Anauá e SJ da Baliza), estaduais e demais órgãos federais em Roraima, pelos apoios e cooperações durante a realização da pesquisa.

### Referências bibliográficas

- ABERS, R.; LOURENÇO, A. (1991). Gold, geopolitics and hyperurbanization in the Brazilian Amazon: the case of Boa Vista, Roraima. In: FADA, Giulietta (ed.). *La Urbe latinoamericana ante el nuevo milénio*. Caracas, Fondo Ed. Acta Científica Venezolana.
- BARBOSA, Reynaldo I. (1992). Ocupação Humana em Roraima: parte I. Boa Vista, mimeog.
- BARROS, N. C. Crocia de (1993). Fronteira e População no Extremo Setentrional do Brasil. ANAIS DO IV ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMERICA LATINA, vol. 5, pp. 105-113, Merida, Venezuela.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.
- BOHRER, Claudio B.A.; GONÇALVES, L.M.C. (1991). Vegetação. In: *Geografia do Brasil: região norte* ...op. cit. pp. 137-168.
- CAVALCANTI, Araújo (1945). *Recuperação e Desenvolvimento do vale do Rio Branco*. Rio de Janeiro, IBGE, publicação no 13.
- CEDI (1991). Povos Indígenas no Brasil: 1987-1990. São Paulo.

- \_\_\_\_\_. (1989). Índios de Roraima: makuxi, taurepang, ingarikó e wapixana. COLEÇÃO HISTÓRICO - ANTROPOLÓGICA, no 1, Boa Vista, Diocese de Roraima.
- CROCIA de Barros, Nilson C. (1994). The Frontier Cycle: a study of the agricultural frontier settlement in the Southeast of Roraima, Brazil. University of Durham, Dept. Geography, WORKING PAPER 04, 32 pages (04 figures).
- \_\_\_\_\_. (1996). Monitoring the pioneering front settlement in Southeast Roraima, Brazil. ANNUAL CONFERENCE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY/INSTITUTE OF BRITISH GEOGRAPHERS, Strathclyde/Glasgow, 43 pages.
- DIÁRIO DE RORAIMA (1995), jomal, ed. 28 de outubro, p. 6A.
- DINIZ, Alexandre (1996). Development and mobility in the Amazon: Roraima. PhD Project, University of Arizona (unpublished).
- EASTWOOD, David (1991). Amazonian colonization: planning for permanence, design for cummunality. REVISTA GEOGRÁFICA VENEZOLANA, vol.32, pp. 31-47, U. de los Andes, Merida.
- FARABEE, W.C.(1967). The Central Caribs. University of Pensylvania, Anthropological Publications vol. 10.
- FARAGE, Nádia (1990). Terras indígenas do lavrado: o impasse continua. In: CEDI (1991). Povos Indígenas no Brasil... op. cit., pp. 147-154.
- FURLEY, Peter (ed.) (1994). The Forest frontier: settlement and change in Brazilian Roraima. Routledge, London.
- GATTO, L.C.S.(1991). Relevô. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região norte...* op. cit., pp. 47-60.
- GRILET, Rodolfo H.(1987). Geografia del Estado Bolivar. Caracas, Academia Nacional de História.

GUERRA, A. Teixeira (1957). *Estudo geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro, IBGE.

HEMMING, John (1990). *Roraima: Brazil's Northernmost frontier*. University of London, I. of Latin American Studies.

IBGE (1950). *Censo Demográfico e Econômico do Território Federal do Rio Branco*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1970). *Censo Demográfico de Roraima*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1980). *Censo Demográfico de Roraima*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1991). *Censo Demográfico de Roraima*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1960, 70, 75, 80, 85). *Censos Agropecuários de Roraima*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1989). *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1991). *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1992). *PNAD*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1993). *PNAD*. Rio de Janeiro.

\_\_\_ (1991). *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro, vol.3.

INCRA (1993). *Planta Geral do PAR Jatapu e do PAR Jauapery*, E 1:100.000, Folha 01. Boa Vista.

JOAQUIM, Vicente de P. (1992). *Algumas questões do censo de 1991*. Boa Vista, 6 pgs. (não publicado).

KING, K.F.S. (1968). *Land and People in Guyana*. Commonwealth Forestry Institute/U. of Oxford, paper 39.

MacMILLAN, Gordon (1993). *Gold Mining and Land-Use Change in the Brazilian Amazon*. University of Edinburg (PhD Thesis in Geography).

- \_\_\_\_\_. (1995). *At The End of the Rainbow: Gold, Land and People in the Brazilian Amazon*. Earthscan Pub., London.
- MEGGERS, Betty J. (1971). *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Itatiaia/Edusp, Belo Horizonte/São Paulo.
- MS.SUCAM (1994). Mapas dos Municípios de São Luís do Anauá e São João da Baliza. Boa Vista.
- \_\_\_\_\_. (1991). Clima. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro, vol. 03, pp.61-71.
- NUNES, Juraci (1991). *Modernização da agricultura: pecuária e mudanças: o caso do Alto Purus, Acre*. Rio Branco, Ed. Tico-Tico.
- RADAM (1975). Projeto RadamBrasil. DNPM, 1975, vols. 08 e 09.
- RAMOS, Alcida (1984). Frontier Expansion and Indian Peoples in the Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. *Frontier Expansion in Amazon*. CLAS/U. of Florida, pp.83-104.
- RICE, Hamilton (1924). *Exploração da Guyana Brasileira*. Itatiaia/Edusp, B.Horizonte/São Paulo, ed. 1978.
- RIVIÈRE, Peter (1972). *The Forgotten Frontier: ranchs of North Brazil*. Holt, Rinehart and Winston, New York.
- SILVA, O. Sampaio (1980). Os Grupos Tribais do Território de Roraima. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, 23: 69-89, São Paulo.
- SILVEIRA, I.; GATTI, M. (1988). Notas sobre a Ocupação de Roraima: Migração e Colonização. BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI (Antropologia), 4(1): 43-64, Belém.
- VALVERDE, Orlando (1987). Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis, Vozes.
- VAZ, Florêncio Almeida (1996). Ribeirinhos da Amazônia: identidade e magia na floresta. REVISTA DE CULTURA VOZES, 90(2): 47-65, março/abril.

VIEIRA, Elaene (1971). *A Exploração de Diamantes em Roraima: 1939-1970*. Santa Maria, Univ. Federal de S. Maria/Campus Avançado de Roraima, publicação espec. no 3.

